

SILVEIRA, GUILHERME DA

*pres. Bco. Bras. 1929-1930 e 1945-1949; min. Faz. 1949-1951.

Manuel Guilherme da Silveira Filho nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 7 de fevereiro de 1882, filho do negociante e industrial Manuel Guilherme da Silveira, de nacionalidade portuguesa, e de Maria Rosa Morais da Silveira.

Fez os estudos básicos no Colégio Paula Freitas e em 1902 ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se diplomou e se especializou em pediatria. Tornou-se depois clínico geral para atender ao aumento de sua clientela, provocado em grande parte pelo prestígio de seu pai junto à colônia portuguesa radicada no Rio. Foi contratado para o cargo de diretor médico da Companhia Progresso Industrial Fábrica Bangu, empresa têxtil criada em 1889 e cujos acionistas eram predominantemente portugueses. Em meados da década de 1910, prestou grande auxílio financeiro e avaliou os títulos de crédito do diretor geral da empresa, seu cunhado, que passava por dificuldades. Como pagamento, recebeu a maioria das ações da companhia, cuja presidência assumiu em 1922. Imprimiu então grande dinamismo às atividades da empresa, auxiliado pelo visconde de Morais, seu ex-cliente e presidente do Banco Português. Em 1928 e 1929, assumiu também a presidência desse banco em virtude da grave enfermidade contraída pelo visconde.

Detentor de grande prestígio nos meios financeiros, foi nomeado por Washington Luís em setembro de 1929 para a presidência do Banco do Brasil em substituição a Henrique Carneiro Leão Teixeira. Nesse cargo, pretendia aplicar o plano financeiro de estabilização da moeda e realizar a transformação do padrão monetário do mil-réis em cruzeiro, mas a crise econômico-financeira agravada em outubro com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque impediu a execução imediata desses projetos, substituídos por medidas de emergência.

Permaneceu à frente do Banco do Brasil até a queda do governo de Washington Luís em 24 de outubro de 1930. Com o triunfo da revolução e a formação do governo provisório chefiado por Getúlio Vargas, teve seus bens bloqueados durante seis meses, enquanto comissões de inquérito tentavam, sem êxito, apurar irregularidades que teriam sido cometidas durante sua gestão. Nos anos seguintes, dedicou-se exclusivamente às atividades empresariais, tornando-se em 1935 primeiro-secretário do Sindicato da Indústria de Fiação

e Tecelagem do Rio de Janeiro. Passou a ocupar em 1936 a vice-presidência dessa entidade, tendo substituído interinamente o presidente Carlos Teles da Rocha Faria em 1937.

Durante a Segunda Guerra Mundial, participou intensamente do desenvolvimento e da consolidação da indústria têxtil nacional. Sua empresa ampliou e diversificou a produção e, aproveitando o período de prosperidade, implantou uma série de medidas assistenciais, como creches, serviços de previdência social e sanitária, escolas e vilas operárias que deram um novo perfil ao bairro carioca de Bangu. Em 1940, passou a integrar o Conselho Técnico de Economia e Finanças, órgão consultivo criado logo depois da instauração do Estado Novo em novembro de 1937 com o objetivo de fornecer pareceres ao governo sobre diversos aspectos da política econômico-financeira do país. Passou a integrar em 1943 a recém-criada Comissão de Financiamento da Produção, presidiu depois a Comissão para Instalação da Indústria de Material Elétrico e ingressou em julho de 1945 no conselho de administração da Caixa de Mobilização Bancária (Camob).

Com a queda do Estado Novo em 29 de outubro desse ano, José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, assumiu interinamente a presidência da República, ocorrendo então uma reorganização em todos os escalões do governo. Em novembro, Guilherme da Silveira deixou o conselho da Camob e, no dia 22, reassumiu a presidência do Banco do Brasil. Foi mantido no cargo pelo presidente Eurico Dutra (empossado em 31 de janeiro de 1946) até ser nomeado, em 10 de junho de 1949, para substituir Pedro Luís Correia e Castro à frente do Ministério da Fazenda.

Pretendendo diminuir o déficit orçamentário, estabeleceu em março de 1950 severas normas para a contenção das despesas governamentais. Ainda esse ano, reorganizou a Casa da Moeda e o Serviço de Inspeção de Coletorias Federais, uniformizou as estampilhas do imposto do selo e do papel selado, aprovou o regimento da Divisão da Economia Cafeeira e proibiu a importação de tecidos. Sua atuação à frente do ministério foi duramente criticada por Getúlio Vargas, então candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) às eleições presidenciais de 3 de outubro de 1950.

Deixou o ministério em 31 de janeiro de 1951, com o fim do governo Dutra e o início do segundo mandato constitucional de Vargas na presidência. Voltou então a dedicar-se à direção da Fábrica Bangu e a outras atividades empresariais, tornando-se inclusive acionista da Companhia Nacional de Gás Esso. Em 1970, passou a presidência da empresa de tecidos

para seu filho Guilherme da Silveira Filho.

Faleceu no Rio de Janeiro em 4 de novembro de 1974.

Foi casado com Leopoldina de Castro Barbosa da Silveira, com quem teve três filhos.

Mônica Kornis

FONTES: BANCO DO BRASIL. *Relatório*; BULHÕES, A. *Ministros*; COHN, G. *Petróleo*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CURRIC. BIOG.; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; *Jornal do Brasil* (5/11/1974); MIN. FAZ. *Erário*; MIN. FAZ. *Ministros*; MONTEIRO, F. *Banco*; MOURÃO, M. *Dutra*; MUSEU DO BANCO DO BRASIL.